



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001913-46.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Liminar**
 Requerente: **Nilson Donizetti Bueno de Oliveira**
 Requerido: **BANCO DO BRASIL SA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

NILSON DONIZETTI BUENO DE OLIVEIRA ajuizou(aram) **AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** contra **BANCO DO BRASIL**, pedindo a condenação do requerido à exibição dos extratos de janeiro e fevereiro de 1989 da conta poupança 23798-1 da agencia 0295 e dos extratos de janeiro e fevereiro de 1989 da conta poupança 100.023.798-X da agencia 0295.

O requerido foi citado e apresentou contestação, na qual alega que não há interesse processual do autor uma vez que a ação de cobrança de expurgos inflacionários já prescreveu, que a petição inicial é inepta, que não possui os documentos, e que não há interesse de agir, porque somente não apresentou os oextratos em razão de o(s) requerente(s) não ter(em) efetuado o pagamento das tarifas bancárias necessárias.

Houve réplica.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I, do Código de Processo Civil, uma vez que a prova documental constante dos autos é suficiente para a solução da controvérsia.

A alegação de ausência de interesse processual pela prescrição da ação de poupança não condiz com a realidade porque admite-se, ainda, a execução da sentença coletiva proferida em ação civil pública movida pelo IDEC, cujo prazo prescricional foi interrompido com a citação do réu naquela demanda coletiva.

A alegação do réu de que não tem o documento beira a má-fé, pois na própria contestação diz que entregaria os extratos se o autor tivesse pago as tarifas bancárias necessárias.

A inicial não é inepta. Preenche os requisitos do CPC e permite a completa compreensão do pedido e causa de pedir.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

No mais é amplamente majoritário no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo o entendimento segundo o qual, na ação de exibição de documentos, deve a instituição financeira apresentar os documentos pleiteados pelo consumidor, sem a possibilidade de condicionar a medida ao pagamento de tarifa bancária.

Primeiro, porque é direito básico do consumidor o direito à informação, previsto no art. 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor, de onde se extrai o dever da instituição bancária de fornecer os documentos pleiteados independentemente da cobrança de tarifas, sob pena de violar-se o seu núcleo essencial.

Segundo, porque cuida-se de documentos comuns às partes, nos termos do art. 358, III, do Código de Processo Civil, não podendo a instituição financeira resistir à ordem judicial com base no argumento da tarifa.

Terceiro, porque é igualmente assegurada ao consumidor a facilitação da defesa dos seus direitos em juízo, nos termos do art. 6º, VIII, do diploma de regência, instituto este ligado ao acesso à justiça (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal) e que tem por conteúdo teleológico a eliminação de óbices que dificultem a defesa judicial, pelo consumidor, dos seus interesses, tal como ocorre, na hipótese em comento, com as tarifas bancárias exigidas pelo banco.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

Ação de exibição de documentos. Extratos bancários. Precedente da Corte. 1. Na ação de exibição de documentos, no caso, extratos de conta de poupança, não pode a instituição financeira condicionar a exibição ao pagamento de tarifa bancária, pouco relevando a alegação de que já eram fornecidos mensalmente. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ, REsp 653.895/PR, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21.02.2006, DJ 05.06.2006 p. 259)

Recurso Especial. Processual Civil. Instituição bancária. Exibição de documentos. Custo de localização e reprodução dos documentos. Ônus do pagamento. O dever de informação e, por conseguinte, o de exibir a documentação que a contenha é obrigação decorrente de lei, de integração contratual compulsória. Não pode ser objeto de recusa nem de condicionantes, face ao princípio da boa-fé objetiva. - Se pode o cliente a qualquer tempo requerer da instituição financeira prestação de contas, pode postular a exibição dos extratos de suas contas correntes, bem como as contas gráficas dos empréstimos efetuados, sem ter que adiantar para tanto os custos dessa operação. (STJ, REsp 330.261/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06.12.2001, DJ



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

08.04.2002 p. 212)

Cautelar - Exibição de documentos - Cópias de contratos e extratos bancários - Documentos apresentados pelo banco - Pretensão à cobrança de tarifa pela extração de segunda via - Inadmissibilidade - Relação de consumo - Direito à informação e facilitação da defesa do consumidor - Determinação judicial de exibição que não se confunde com deferimento de pedido de segunda via - Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. Honorários advocatícios - Medida cautelar - Exibição de documentos - Contratos e extratos de conta corrente apresentados pelo réu - Pedido procedente - Verba honorária devida - Princípio da causalidade - Gravame pecuniário a cargo daquele que deu evidente causa à querela - - Recurso improvido. (TJSP, Apelação 7.022.671.000, Relator(a): Carlos Luiz Bianco, Comarca: São José do Rio Preto, Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado, Data do julgamento: 25/08/2008, Data de registro: 23/09/2008)

Ante o exposto, julgo procedente a ação e determino ao requerido que, no prazo de 30 dias, contados do trânsito em julgado da decisão final, junte aos autos os extratos bancários postulados.

Condeno o requerido, ainda, nas custas e honorários advocatícios, os quais arbitro, por equidade, em R\$ 500,00, considerando-se os critérios previstos no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

São Carlos, 21 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**